

Rio Grande do Sul perde R\$ 500 milhões em ICMS com o contrabando

Entrada ilegal de produtos no estado aumentou 22% de 2012 a 2014



O Rio Grande do Sul perderá neste ano R\$ 500 milhões em ICMS por causa do contrabando, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (Idesf). A entrada ilegal de produtos no estado subiu 22% de 2012 a 2014, conforme mostrou a reportagem do RBS Notícias, da RBS TV, no dia 03 de julho.

São eletrônicos, cigarros, medicamentos e todo tipo de produto que entra ilegalmente pela fronteira e que além do prejuízo financeiro, pode colocar em risco a saúde do consumidor.

Na fronteira do estado com a Argentina e o Uruguai, a Receita Federal identificou dez caminhos clandestinos usados pelos contrabandistas. Na maioria das vezes, eles utilizam carros furtados para entrar com mercadorias ilegais no Estado. "Muitos veículos são roubados ou clonados para que possam fazer o contrabando e passar imunes. Já tivemos caso de caminhonetes carregadas de bebida alcoólica indo para boates em Santa Catarina", diz o chefe de Comunicação Social da Polícia Rodoviária Federal no Estado, Alessandro Castro.

Do Paraguai, o cigarro é o principal produto contrabandeado. Foram quatro milhões de maços apreendidos só este ano, uma carga avaliada em mais de R\$ 12 milhões. As cargas ilegais compradas do Paraguai chegam ao Rio Grande do Sul pelas rodovias BR-386, BR-158 e BR-290. Conforme a Receita Federal, as mesmas quadrilhas que atuam no contrabando de cigarros, tam-

bém negociam drogas. Este ano, foi apreendida meia tonelada de cocaína, segundo a PRF.

"O produto é horrível, não tem controle sanitário, não passa pela legislação brasileira para chegar até o consumidor. Não se tem esse crivo", diz o presidente do Idesf, Luciano Stremel Barros.

A Receita Federal também faz um alerta a quem costuma comprar confecções em outros estados. Produtos muito baratos de marcas famosas podem ser fruto de contrabando.

"Um bom indicativo é o preço da mercadoria, com valor muito inferior ao praticado no mercado interno", diz o superintendente adjunto da Receita Federal, Luiz Fernando Lorenzi.

País deixa de arrecadar ao ano mais de R\$ 30 bilhões em impostos

De acordo com a Receita Federal, o Brasil deixa de arrecadar anualmente mais de R\$ 30 bilhões em impostos por conta do contrabando. Menos de 10% das mercadorias contrabandeadas que entram no País são apreendidas.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (Idesf) estima um movimento de cerca de R\$ 100 bilhões ao ano no País em produtos contrabandeados como cigarros, eletrônicos, informática, medicamentos, entre outros.

O cigarro fica no topo do ranking, representando 67,44% das apreensões de carga ilegal, o equivalente a R\$ 6,4 bilhões entre perdas da indústria e não tributação, sendo que R\$

4,5 bilhões correspondem aos tributos que o governo deixa de arrecadar.

Em segundo lugar estão os produtos eletrônicos, com 15,42% das apreensões, seguido por informática, 5,04%, vestuário, 3,03%, perfumes, 2,45%, relógios, 2,03%, brinquedos, 1,89%, óculos, 1,5%, medicamentos, 0,85% e bebidas, 0,35%.

O economista e presidente do Idesf, Luciano Stremel Barros, aponta que o contrabando é um problema social grave, porque além das perdas estimadas na economia brasileira, está diretamente relacionado com o aumento da violência, exploração da mão de obra, fechamento de empresas e perda de empregos.



Audiência Pública da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação

A Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação do Congresso Nacional convida para sua primeira audiência pública externa. Nesta oportunidade, discutiremos propostas e ações concretas para coibir a entrada em território nacional de mercadorias lesivas à sociedade ou que causem dano à indústria nacional, bem como propor programas de combate ao aumento da criminalidade e contravenções, relações de cooperação e soluções legislativas para aprimorar normas de fiscalização e controle.

Deputado Efraim Filho – Frente Parlamentar
Deputado Jerônimo Goergen – Frente Parlamentar
Carlos De Martini Duarte – AFOCEFE Sindicato

DIA 17/07 – às 9 horas

Local: Sede do AFOCEFE – Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual do RS.

Rua dos Andradas 1234/21º andar – Centro Histórico – Porto Alegre/RS.

Apoio: AFOCEFE – Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual do Rio Grande do Sul
Confirmações pelo telefone: (51) 3021.2600

Afocefe sediará audiência pública sobre contrabando e falsificação

A primeira audiência pública externa da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, do Congresso Nacional, será realizada no Afocefe Sindicato, no dia 17 de julho, às 9 horas, por proposição do 3º vice-presidente da Frente, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS). O Rio Grande do Sul perde R\$ 500 milhões de ICMS ao ano com o contrabando. O Afocefe defende maior controle e fiscalização.

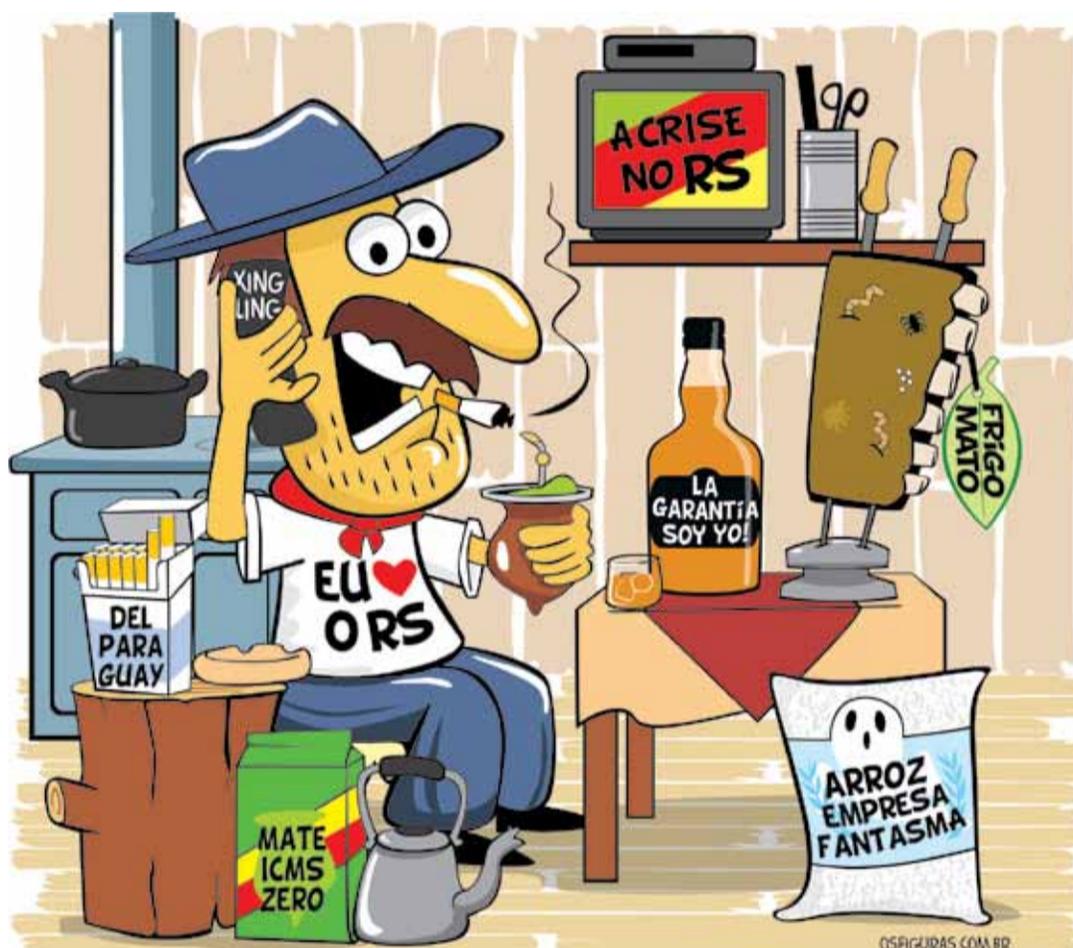
De acordo com o presidente da Frente Parlamentar, deputado Efraim Filho (DEM-PB), o grupo tem como principais objetivos cobrar do Poder Público medidas efetivas de combate ao contrabando e falsificação, discutir o assunto com a sociedade por meio de debates e audiências públicas, além de elaborar e apresentar propostas conjuntas de legislação sobre o tema.

Os parlamentares que integram a Frente apontam

que cada real investido em fiscalização retorna em volume maior em termos de arrecadação e receita.

O deputado Jerônimo Goergen firmou parceria com o Afocefe Sindicato para a realização da audiência pública porque entende que a entidade pode contribuir no debate sobre as perdas econômicas e as consequências sociais produzidas a partir da comercialização ilegal de produtos como combustíveis, fumo, agrotóxicos e eletrônicos. "Acredito que precisamos intensificar a cobrança sobre o Poder Público no sentido de adotar medidas contrárias a esse tipo de crime, discutir o assunto com a sociedade por meio de debates e audiências públicas, além de elaborar e apresentar propostas conjuntas de legislação sobre o tema", aponta o deputado.

Os Técnicos Tributários da Receita Estadual atuam na linha de frente do com-



bate à circulação irregular de mercadorias no Rio Grande do Sul, nos Postos Fiscais e Turmas Volantes. O Afocefe Sindicato vem, há muito, denunciando o sucateamento da fiscalização e promovendo o debate sobre os males do contrabando, descaminho, sonegação de tributos e a necessidade de investimento na arrecadação de cada ente federativo.

O presidente do Afocefe, Carlos De Martini Duarte, acredita que essa audiência pública fortalecerá, ainda mais, a ideia de que combater os ilícitos fiscais é o caminho para o equilíbrio das contas públicas, além do efeito que a maior fiscalização gera sobre a segurança pública, outra demanda social recorrente.

Combate ao comércio ilegal

A Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação foi instalada no Congresso Nacional em 14 de maio de 2015 com a finalidade de tratar da coibição da entrada em território nacional de mercadorias lesivas à sociedade ou que causem dano à indústria nacional, bem como propor programas de combate ao aumento da criminalidade e contravenções, relações de cooperação e soluções legislativas para aprimorar normas de fiscalização e controle.

A relevância dos malefícios do comércio ilegal à sociedade levou a adesão à Frente Parlamentar de 202 deputados federais e 23 senadores. Além disso, várias entidades e movimentos da sociedade

civil se debruçam sobre o tema, como o ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF.

A legislação sobre o tema já teve mudança, quando em dezembro de 2014 no Código Penal foram aumentadas as penas do crime de contrabando, separando-o do descaminho, de menor potencial ofensivo segundo o autor daquele projeto, deputado Efraim, que agora protocolou o Projeto de Lei nº 1530/15 que endurece as penas para o crime do contrabando, incluindo a perda da carteira de habilitação para o transportador e a cassação do CNPJ por cinco anos das empresas condenadas por transporte, distribuição, armazenamento ou comercialização de produtos contrabandeados.

Governador Sartori, faça diferente!

O combate à sonegação faz bem para a saúde, faz bem para educação, faz bem para segurança, faz bem para economia dos gaúchos. Combater a sonegação de impostos não é alternativa. É um dever do Estado.

Afocefe Sindicato dos Técnicos Tributários - Na linha de frente do combate à sonegação.

EXPEDIENTE

Informativo Afocefe Sindicato

Rua dos Andradas, 1234 - 21º andar
Porto Alegre/RS - CEP: 90.020-008
Fone: (51) 3021 2600 . Fax: (51)3021 2627
afocefe@afocefe.org.br
www.afocefe.org.br

Gestão 2013/2016

Presidente: Carlos De Martini Duarte
Vice-Presidente: Gilberto da Silva
Secretário-Geral: Niro Afonso Pieper
Diretor Financeiro: Rodrigo de Castro Silveira
Diretor Administrativo: Giugliano dos Santos Medeiros
Diretor Jurídico: Ives Agamenon Leite Lucas
Diretor Integração e Política Social: Antonio Flávio Nunes Bernardes
Diretor de Assuntos Sindicais e Formação Política: Marcia Alves Anschau
Diretor de Comunicação e Cultura: Giugliano dos Santos Medeiros
Diretor Legislativo: Niro Afonso Pieper
Diretor de Desenvolvimento Funcional: Marcia Alves Anschau
Jornalista Responsável: Jennifer Morsch - MTB 9250
Impressão: Gráfica UMA

Setor ervateiro pede mais fiscalização tributária e sanitária



O controle de qualidade e maior fiscalização tributária e sanitária foram alguns dos temas tratados na reunião da Câmara Setorial da Erva-Mate da Secretaria Estadual da Agricultura e Pecuária, realizada pela primeira vez no interior do Estado, contemplando a principal região produtora de erva-mate.

O Afocefe Sindicato participou das discussões, que ocorreram em 18 de junho, na Câmara de Vereadores de Arvorezinha, com a presença de representantes da cadeia produtiva da erva-mate e indústria, secretaria estadual da Agricultura, Ibramate, Seapa/Fundomate, Emater e os prefeitos de Arvorezinha, Luizinho Fontana e de Ilópolis, Olmir Rossi.

De acordo com o diretor executivo do Instituto Brasileiro da Erva-Mate (Ibramate), Roberto Ferron, 80% do que é comercializado, é sonegado, o que causa sérios prejuízos à cadeia produtiva. Cerca de 50% da erva-mate comercializada no Rio Grande do Sul vem de outros estados, e, grande parte, entra em solo gaúcho por meio dos corredores de sonegação,



sem documentação fiscal. "Com poucas empresas pagando seus impostos, a competitividade se torna desigual e injusta. Além disso, muitas empresas não saem do Simples Nacional por não emitir notas de venda e os produtores só conseguem vender produtos para as ervateiras se for sem nota fiscal", apontou.

O secretário-geral do Afocefe, Niro Pieper, relatou o modelo de fiscalização do ICMS no trânsito de mercadorias adotado pelo Estado e

apontou a necessidade da implementação de um programa de fiscalização mais rígido. O Afocefe apresentou suas propostas para o controle de divisas. "Este é mais um setor econômico que precisa do Estado não somente como cobrador do imposto, mas como um fiscalizador das regularidades das operações comerciais, protegendo o mercado e garantindo o serviço de qualidade à sociedade", disse o vice-presidente do Sindicato, Gilberto da Silva.



SONEGÔMETRO

Sonegação de impostos no Brasil já supera R\$ 265 bilhões

Valor corresponde à média que o Brasil está perdendo com a sonegação de impostos de janeiro a julho de 2015. Estimativa é ultrapassar R\$ 500 bilhões em dezembro.



No Rio Grande do Sul, considerando que o PIB do Estado corresponde a 6,6% do nacional, projeção de perda é de 17,49 bilhões.

De janeiro a julho de 2015, o Sonégômetro — um termômetro que mede a quantidade de tributos, impostos e contribuições que deixam de ser recolhidas por todas as esferas de governo — já superou a marca de R\$ 265 bilhões em impostos sonegados.

O placar faz parte da campanha "Quanto custa o Brasil pra você?", realizada pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). A estimativa é que até o final do ano a sonegação deve superar a cifra de R\$ 500 bilhões.

O Sonégômetro foi lançado em 2013 e integra a campanha pela Justiça Fiscal, desenvolvida pelo Sinprofaz, para inserir a

questão tributária no dia a dia dos cidadãos e poder explicar, de forma mais simples, os prejuízos à toda sociedade com o não pagamento de impostos.

O placar fica disponível no site da campanha: <http://www.quantocustabrasil.com.br/> e atualiza os números em tempo real. Por dia são sonegados mais de R\$ 1 bilhão em impostos e tributos.

No ano de 2014, os números da sonegação no Brasil superaram a marca de R\$ 500 bilhões. De acordo com o site da campanha, com esse valor o Brasil poderia terminar o ano com a "conta no azul", sem precisar aumentar impostos nos combustíveis, aumentar juros e cortar investimentos, prejudicando ainda mais a classe média e os mais pobres, que são os que mais sofrem com o valor dos impostos no Brasil.

Combater a sonegação é saída para a crise

Os primeiros sete meses do Governo Sartori estão marcados por uma das maiores crises que o Estado já passou. No entanto, as dificuldades sempre existiram e cada administrador encontrou, no devido tempo, alternativas para suprir as deficiências orçamentárias e concluir seu mandato de forma "satisfatória".

As mesmas alternativas que cobriram os déficits, serviram, também, para esconder uma realidade

negativa na arrecadação de ICMS, que sempre esteve acima da inflação, porém, com resultados muito inferiores aos alcançados em outros estados.

Nos últimos cinco anos, segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a arrecadação do IPVA no Rio Grande do Sul aumentou 67,06%, apresentando um crescimento médio anual próximo dos 10%.

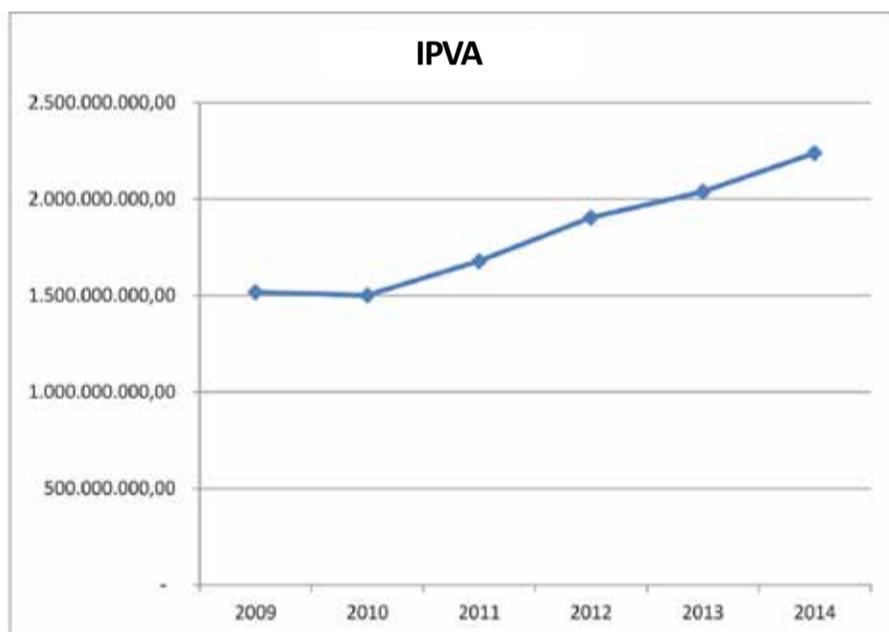
Este crescimento é compatível

com o aumento da frota no Estado que, no mesmo período, subiu 65,32%.

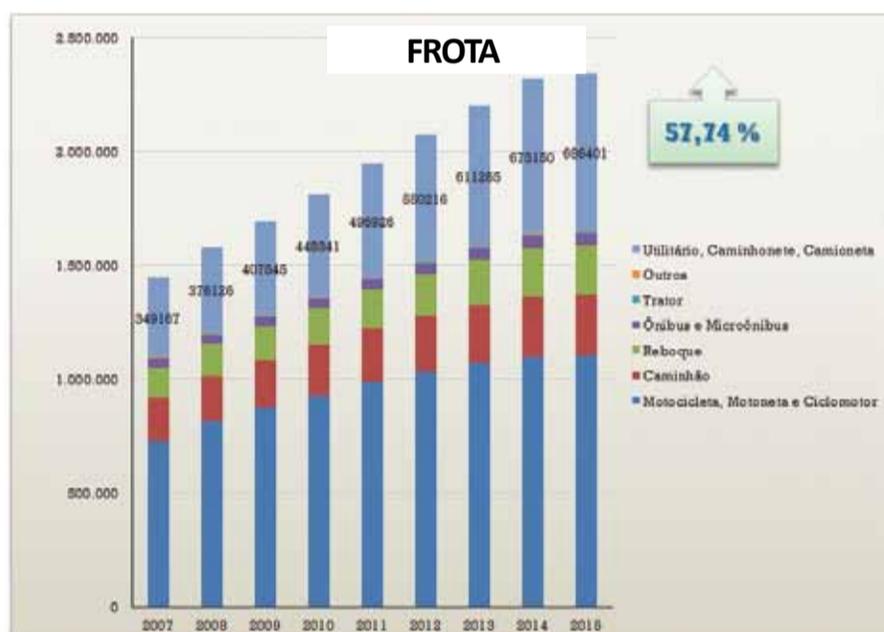
Porém, a arrecadação do ICMS dos combustíveis no Rio Grande do Sul, que representava 17,90% do total arrecadado com o ICMS, no início do período observado, passou a representar, em 2014, apenas 15,86%, estando em curva de tendência de queda.

Nas ruas do Rio Grande do Sul, não mais importando se municípios

de médio ou de grande porte, os engarrafamentos, que elevam o consumo, e o aumento do preço dos combustíveis na bomba, acima da inflação para compensar a CIDE, acenam que no setor de combustíveis e derivados, que forma com a comunicação e a energia elétrica o tripé mais representativo do ICMS do Estado, há espaço para intensificar a fiscalização, gerando bons resultados na arrecadação.



Fonte: Confaz



Fonte: Detran/RS



Fonte: Confaz

RS perde R\$7 bi ao ano com sonegação

Estudo do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) aponta que 27,6% da arrecadação de ICMS é sonegada no Rio Grande do Sul.

O percentual de sonegação, se aplicado a receita de 2014 do ICMS do Estado, corresponde a uma evasão de 7 bilhões de reais por ano. Esse valor seria possível honrar 12 Folhas de Pagamento de todos os Servidores Ativos.

Será que estamos apenas sofrendo os reflexos da crise eco-

nômica ou estamos utilizando um modelo de fiscalização que não está produzindo os efeitos desejados?

Permanecer com a mesma conduta por anos, sem apresentar alternativas para redução da sonegação não se justifica.

Temos, sim, a possibilidade de buscar na receita do ICMS, uma alternativa para sair da crise. O Rio Grande do Sul arrecada muito menos do que pode.